

# UMA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA DAS PUBLICAÇÕES NAS BASES SPELL E SCOPUS SOBRE GOVERNO ELETRÔNICO E OS MUNICÍPIOS

**Regina Keiko Hasegawa  
Luciana Carvalho**

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia – MG, Brasil

O termo Governo Eletrônico refere-se à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pelos governos, mas, de maneira mais abrangente, está relacionado ao aumento da eficiência nas agências governamentais, resultando em uma melhor entrega de informações, serviços e maior transparência. No Brasil, embora projetos de Governo Eletrônico estejam em andamento desde os anos 2000, na gestão pública municipal, ainda se observa uma grande necessidade de inovação por meio das TIC, sobretudo, considerando que é em âmbito municipal que se dá o contato mais direto com os cidadãos por meio de serviços públicos locais. O presente estudo buscou investigar como as publicações científicas sobre Governo Eletrônico, no período de 2019 a 2023, abordam a relação entre essa temática e o contexto municipal, além de identificar tendências e lacunas na produção científica relacionada a esse tema. Para isso, foi realizada uma análise da produção científica sobre Governo Eletrônico com ênfase em municípios, utilizando as bases de dados Spell e Scopus. Os resultados indicam que, na Spell, apenas 2,6% dos 75 documentos e, na Scopus, apenas 4,5% dos 525 documentos relacionam-se a municípios. Conclui-se que, no recorte temporal analisado, embora haja uma quantidade significativa de pesquisas sobre Governo Eletrônico, ainda persiste uma incipiência desses estudos quando relacionados a municípios. A pesquisa destaca a relevância do tema, destaca uma lacuna teórica nos estudos municipais sobre a implementação de práticas de Governo Eletrônico e sugere futuras investigações com fontes de dados adicionais e períodos mais extensos.

**Palavras-chave:** governo eletrônico; gestão pública municipal; pesquisa bibliométrica.

## UN ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO DE LAS PUBLICACIONES EN LAS BASES DE DATOS SPELL Y SCOPUS SOBRE GOBIERNO ELECTRÓNICO Y MUNICIPIOS

El término Gobierno Electrónico puede referirse más estrictamente al uso de Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) por parte de los gobiernos, pero de manera más amplia está relacionado con el aumento de la eficiencia en las agencias gubernamentales, lo que resulta en una mejor entrega de información, servicios y una mayor transparencia. En Brasil, aunque los proyectos de Gobierno Electrónico están en curso desde la década de 2000, en la gestión pública municipal aún se observa una gran necesidad de innovación a través de las TIC, especialmente considerando que es a nivel municipal donde se tiene el contacto más directo con los ciudadanos a través de los servicios públicos locales. Este estudio tuvo como objetivo investigar cómo las publicaciones científicas sobre Gobierno Electrónico, en el período de 2019 a 2023, abordan la relación entre este tema y el contexto municipal, así como identificar tendencias y vacíos en la producción científica relacionada con este tema. Para lograr esto, se realizó un análisis de la producción científica sobre Gobierno Electrónico con énfasis en municipios, utilizando las bases de datos Spell y Scopus. Los resultados indican que, en Spell, solo el 2,6% de los 75 documentos y, en Scopus, solo el 4,5% de los 525 documentos se relacionan con municipios. Se concluye que, en el período de tiempo analizado, aunque hay una cantidad significativa de investigaciones sobre Gobierno Electrónico, aún persiste una incipiente falta de estudios relacionados con municipios. La investigación destaca la relevancia del tema, evidencia la brecha teórica en los estudios municipales sobre la implementación de prácticas de Gobierno Electrónico y sugiere futuras investigaciones con fuentes de datos adicionales y períodos más extensos.

**Palabras clave:** gobierno electrónico; gestión pública municipal; investigación bibliométrica.

## A BIBLIOMETRIC STUDY OF PUBLICATIONS IN THE SPELL AND SCOPUS DATABASES ON ELECTRONIC GOVERNMENT AND MUNICIPALITIES

The term "Electronic Government" may refer more strictly to the use of Information and Communication Technologies (ICTs) by governments, but in a broader sense, it is related to increased efficiency in government agencies, resulting in better delivery of information, services, and greater transparency. Although Electronic Government projects have been underway in Brazil since the 2000s, in municipal public administration, there is still a significant need for innovation through ICTs, especially considering that it is at the municipal level that the most direct contact with citizens occurs through local public services. This study aimed to investigate how scientific publications on Electronic Government, from 2019 to 2023, address the relationship between this theme and the municipal context, as well as to identify trends and gaps in the scientific production related to this topic. To achieve this, an analysis of the scientific production on Electronic Government with an emphasis on municipalities was conducted using the Spell and Scopus databases. The results indicate that, in Spell, only 2.6% of the 75 documents and, in Scopus, only 4.5% of the 525 documents are related to municipalities. It is concluded that, in the analyzed time frame, although there is a significant amount of research on Electronic Government, there still exists an incipency in these studies when related to municipalities. The research highlights the relevance of the topic, underscores the theoretical gap in municipal studies on the implementation of Electronic Government practices, and suggests future investigations with additional data sources and longer periods.

**Keywords:** electronic government; municipal public administration; bibliometric research.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa em Governo Eletrônico tem sido cada vez mais discutida desde que as TICs foram utilizadas no setor público, embora ainda não tenha alcançado um estágio de maturidade (Napitupulu, 2021). De acordo com Dias, Sano e Medeiros (2019), foi nas décadas de 1950 e 1960 que ocorreu a ampla utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na Gestão Pública, sendo esse período marcado pelo ápice das ideias de reforma administrativa ainda sob forte influência do modelo burocrático. As ideias por trás do governo eletrônico foram introduzidas como parte das reformas administrativas da Nova Administração Pública dentro do contexto dos sistemas políticos democráticos liberais no início dos anos 1990.

Segundo Viana (2021), pode-se afirmar que, de uma maneira estrita, Governo Eletrônico é a utilização das TIC pelos governos. No entanto, em uma definição mais ampla, pode-se afirmar que Governo Eletrônico está relacionado ao aumento da eficiência nas agências governamentais e, em consequência, melhor entrega de informações e serviços aos indivíduos, além de maior transparência.

Przebylłowicz, Cunha e Meirelles (2018) afirmam que projetos de governo eletrônico vêm sendo implantados no Brasil desde a década de 2000, porém ainda há necessidade de maior atenção em como se caracterizam os municípios quanto à estrutura e uso das TIC, considerando que são os governos locais o nível mais próximo do cidadão visto que são os municípios os responsáveis pela prestação de serviços públicos locais.

Dado esse cenário, de que maneira as publicações científicas sobre Governo Eletrônico, no período de 2019 a 2023, têm abordado a relação entre a temática e o contexto municipal, e quais tendências e lacunas podem ser identificadas na produção científica relacionada a esse tema? Os objetivos específicos deste estudo são: realizar uma análise bibliométrica das publicações sobre Governo Eletrônico no período de 2019 a 2023, identificar e categorizar as principais áreas de pesquisa e temas recorrentes nas publicações, em palavras-chave de artigos, associar o termo “Municipal” para compreender a abordagem da temática em contextos municipais, mapear as tendências de pesquisa e as lacunas existentes na literatura sobre o tema e, por fim, propor direções para futuras investigações que possam enriquecer o entendimento sobre a aplicação e os desafios do Governo Eletrônico em municípios.

O recorte de tempo definido se deu em razão da busca por números recentes acerca do assunto e considerando a crise originada pela pandemia Covid-19 que, segundo Barbosa e Mota (2022), provocou uma ampliação da oferta de serviços por meio da internet, aumentando a disponibilização de informações, comunicação e relacionamento entre governo e cidadãos por meio eletrônico.

O estudo se caracteriza como de natureza quantitativa a partir de um levantamento bibliográfico de artigos nas base de dados denominada Spell, da Associação Nacional de

Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), e na base de dados internacional Scopus da Editora Elsevier.

A partir desse levantamento de dados, realizou-se uma análise da produção, sendo observados os anos de publicação, os títulos, os resumos e as palavras-chave. Posteriormente, foi feita análise, utilizando as ferramentas Excel e Vosviewer.

Dessa forma, o artigo está organizado, considerando os seguintes elementos: Introdução ao tema, demonstrando a relevância do estudo; em seguida, no referencial teórico, são abordados os principais elementos teóricos que envolvem a pesquisa; posteriormente, é abordada a metodologia; seguindo-se, são expostos os resultados encontrados e suas análises; e, por fim, é apresentada a conclusão.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Governo Eletrônico

O avanço das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) trouxe muitas mudanças na maneira como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. Para as relações de governo-cidadão não foi diferente. As organizações do setor público passaram a aplicar essas tecnologias, principalmente, a Internet, para prover serviços aos cidadãos, engajá-los em processos democráticos e aumentar a eficiência e efetividade da gestão pública (Sheng; Trimi, 2008).

Segundo a Organização das Nações Unidas (2020), a digitalização e a utilização de tecnologias têm contribuído significativamente para a melhoria da eficiência nos serviços públicos, bem como aumento da transparência e maior participação pública, fomentando também a Governança Pública que, conforme o Decreto nº 9.203 de novembro de 2017, é “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Brasil, 2017, p.1). Para Barbosa e Mota (2022), vivemos em uma sociedade em que é necessário um governo que responda rapidamente às mudanças, tendo em vista que as demandas e necessidades dos cidadãos devem ser respeitadas.

Santos e Visentini (2018), por sua vez, inferem que os avanços tecnológicos oportunizaram aos governos atuarem de forma mais transparente, expondo suas ações na grande rede, bem como criando espaços de participação e fiscalização da gestão pública.

Reck e Hubner (2021) defendem que o nível de desenvolvimento tecnológico de uma sociedade tem por fator determinante a relação do Estado com a tecnologia, pois ele participa da estruturação de estratégias de fomento do setor. Destaca-se que a própria evolução das sociedades foi motivada pela tecnologia.

O Governo Eletrônico (e-gov) consiste no uso de TICs combinado com mudanças organizacionais para aperfeiçoar as estruturas e operações do governo (Twizeyimana; Andersson, 2019).

Segundo Barbosa (2008), o Governo Eletrônico implica em programas de governo focados nas necessidades dos cidadãos, utilizando as tecnologias para promover serviços públicos integrados entre agências governamentais, possibilitando o acesso e entrega de serviços públicos sem a necessidade de o cidadão conhecer toda a complexa estrutura do governo e suas agências.

Para Vargas *et al.* (2021), o conceito de governo eletrônico está relacionado à prestação de serviços que criem valor público centrados no cidadão e não apenas à aplicação de novas tecnologias.

Barbosa (2008) explica que o Governo Eletrônico pode ser compreendido mediante diversas taxonomias. Contudo, é frequentemente considerado como um conjunto de aplicações e tecnologias que facilitam a prestação de serviços públicos, mecanismos de democracia e governança por meios eletrônicos. Nesse contexto, as visões conceituais do Governo Eletrônico podem ser organizadas em três dimensões: e-Serviços Públicos, e-Administração Pública e e-Democracia. Essas dimensões, segundo o autor, são suportadas por dois pilares: a infraestrutura tecnológica e as políticas públicas, como exposto no Quadro 1.

**Quadro 1 – Dimensões do Governo Eletrônico**

Dimensão	Conceito
e-Serviços Públicos	Relaciona-se à melhoria na prestação de serviços ao cidadão, principalmente por meio de canais digitais de acesso e entrega de soluções eletrônicas, como portais de serviços em websites de governo.
e-Administração Pública	Relaciona-se à melhoria dos processos governamentais e do trabalho interno do setor público pela utilização das tecnologias da informação e comunicação.
e-Democracia	Relaciona-se a utilização das tecnologias de informação e comunicação à maior possibilidade de participação do cidadão nos processos democráticos e de tomada de decisão do governo.

Fonte: Barbosa (2008).

Barbosa (2008) defende que sejam ofertados serviços públicos baseados nos eventos da vida ou linha da vida e que a estruturação das informações e dos serviços permita localização fácil e rápida.

Com base nessa premissa, foi implementada no Brasil a Estratégia de Governo Digital (Brasil, 2024), visando transformar a dinâmica governamental por meio das tecnologias digitais. De acordo com Vargas *et al.* (2021), o termo “governo eletrônico (e-gov)” passou a fazer parte da agenda de autoridades governamentais, englobando uma vasta gama de serviços e aplicações que fazem uso de tecnologia digital e internet, os quais não apenas aumentam, mas mudam continuamente.

De acordo com Vargas *et al.* (2021), o termo “governo eletrônico (e-gov)” passou a fazer parte da agenda de autoridades governamentais, englobando uma vasta gama de serviços e

aplicações que fazem uso de tecnologia digital e internet, os quais não apenas aumentam, mas mudam continuamente.

Uma breve revisão da literatura permite afirmar que há consenso entre os autores sobre o uso das TIC para tornar o governo mais dinâmico, próximo da população e eficiente na resolução de problemas, facilitando a vida dos cidadãos. Além disso, esse uso visa desburocratizar processos e promover uma maior participação social, tornando-os mais democráticos (Barbosa; Mota, 2022; Menezes, 2021; Reck; Hubner, 2021). Torna-se necessário também identificar os possíveis obstáculos que podem desencorajar ou diminuir a utilização dos recursos tecnológicos oferecidos aos cidadãos pelo governo a fim de superá-los.

Barbosa e Mota (2022) ressaltam a importância da confiança nos mecanismos envolvidos durante a utilização das plataformas digitais, tendo em vista o óbvio: se não há confiança em razão de percepções que envolvam risco, pouco provavelmente o recurso será utilizado e o usuário dará preferência a atendimentos e protocolos presenciais mesmo que seja necessário se deslocar até o local e talvez enfrentar longas e desconfortáveis filas. Dessa forma, é necessário identificar a percepção de risco dos possíveis usuários.

De forma semelhante, Maharaj e Munyoka (2019) defendem que privacidade, segurança, confiança, risco e viés de otimismo são quesitos importantes a serem considerados, sendo necessário que os governos reduzam as incertezas e construam a confiança dos cidadãos nos sistemas de e-gov. De acordo com Barbosa e Mota (2022), para atrair os cidadãos à utilização de serviços via internet, é imprescindível que as questões de confiança sejam tratadas.

Menezes (2021) destaca a questão da exclusão digital, que é influenciada por fatores sociodemográficos, como idade, renda, condição de emprego, localização, classe social, nível de escolaridade e tipo de dispositivo utilizado para acesso. Esses aspectos afetam não apenas o uso efetivo do telefone celular e as habilidades em informática, mas também a interação com o governo eletrônico e a própria decisão de utilizá-lo.

Nesse sentido, aos gestores públicos encarregados da formulação de políticas públicas e planos de implantação das TIC no governo eletrônico cabe considerar possíveis obstáculos que os cidadãos podem encontrar que inibiriam a utilização dos recursos oferecidos por meio do Governo Eletrônico, sejam eles questões de confiança, exclusão digital advinda de aspectos sociodemográficos ou até mesmo falta de clareza nos portais onde os serviços são oferecidos. Dessa forma, analisar plataformas existentes em serviços públicos pode contribuir para sua melhoria, bem como a disponibilização de manuais que facilitem o entendimento dos usuários.

## 2.2 Gestão pública municipal

O Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Administração Pública, tanto direta quanto indireta, incluindo os municípios, deve observar princípios claros, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Nogueira Júnior et al.

(2024) destacam que, no ambiente do governo eletrônico e da administração pública digital, a eficiência é promovida por meio da modernização da gestão pública e da proteção dos direitos dos usuários de serviços públicos. A adoção de tecnologias digitais permite a prestação de serviços públicos de forma mais eficiente, transparente e acessível, alinhando-se aos princípios constitucionais da administração pública.

Guimarães e Oliveira (2019) defendem que a Gestão pública compreende um universo de instituições, órgãos, serviços e agentes públicos cujo objetivo é suprir as necessidades da população, primando pelos interesses da coletividade. Na Gestão Pública Municipal, por sua vez, são exercidas atividades estritamente administrativas por parte do Poder Executivo, o qual é representado pelo prefeito e seu secretariado.

Segundo Avelino *et al.* (2014, p. 73), “o gestor público deve estar impelido pelo desejo de se tornar compreendido pelo cidadão, disponibilizando informações úteis e relevantes para a sociedade”. Ainda conforme o autor, um dos elementos necessários à transparência é a compreensibilidade das informações, mencionando desde a apresentação visual e formatação das informações até o uso de linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários com vista a aumentar o entendimento das informações.

Przebylłowicz, Cunha e Meirelles (2018) enfatizam a importância de infraestrutura de TIC para o desenvolvimento de práticas de governo eletrônico na gestão municipal com o objetivo de implementar iniciativas de smart cities. Os autores continuam, enfatizando que a utilização das TIC pode mudar o potencial econômico de uma região, criando maior competitividade, oportunidades de negócios e aumentando o potencial econômico.

De Souza, Curi e Nuintin (2019), em uma pesquisa sobre as práticas de Governo Eletrônico na gestão pública de municípios mineiros, constataram a existência de espaço para melhoria das práticas nos municípios. Também foi possível averiguar que a relação entre os resultados gerados e os recursos disponíveis foi influenciada pela gestão de recursos públicos e pela busca de geração de resultados para a sociedade, não sendo determinante quesito como Receita Total ou PIB *per capita*.

De acordo com Santos e Visentini (2018), a análise da gestão pública em nível municipal possibilita que o espaço local seja investigado, promovendo a prática da cidadania e facilitando a vida social, além de contribuir para o desenvolvimento local. Há de se mencionar também, que segundo as Nações Unidas (2020) a participação é uma dimensão essencial da governança e um dos pilares do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável enfatiza a importância dos processos participativos. No âmbito da Pesquisa, a e-participação é analisada com base nas funcionalidades dos portais nacionais de governo eletrônico e em outros sites governamentais que estão relacionados à oferta de informações aos cidadãos, à consulta e à tomada de decisões, contribuindo para tornar as instituições mais eficazes. De acordo com Nardone (2019), a administração pública municipal desempenha um papel fundamental

como impulsionadora do desenvolvimento local, especialmente na implementação de práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os impactos dessas práticas na sociedade podem gerar efeitos extraordinários, promovendo um desenvolvimento eficiente e saudável que atenda às necessidades do presente e assegure um futuro sustentável. Conforme o autor, a plena integração dos ODS nas políticas públicas municipais reflete o conceito de “pensar globalmente, agir localmente”.

### 3. METODOLOGIA

Gil (2008) define a pesquisa como um procedimento racional e sistemático que visa conceder respostas a problemas propostos, averiguando fatores que interferem nos fatos estudados.

Para isso, a metodologia adotada nesta pesquisa foi a revisão bibliométrica com uma abordagem quantitativa. Essa metodologia permite a coleta de estudos publicados sobre a produção científica relacionada ao tema Governo Eletrônico, inicialmente de forma isolada e, em seguida, associada à palavra “municipal”. O objetivo é investigar a produção científica com foco na aplicação do governo eletrônico pelos municípios. Essa investigação se justifica pelo fato de que o nível municipal é o principal ponto de contato direto entre a administração pública e os cidadãos, tornando-se crucial analisar a produção científica voltada para as práticas de governo eletrônico nesse contexto.

Segundo Santos, Gomes e Suero (2024), a bibliometria é uma abordagem quantitativa que utiliza métodos estatísticos e matemáticos para analisar a produção documental, visando refletir sobre padrões e tendências em uma determinada área de pesquisa. De acordo com Câmara e Nunes (2021), os estudos bibliométricos são fundamentais para a organização e análise da produção acadêmica em diferentes áreas. No contexto da administração pública, esses estudos permitem identificar padrões, como os temas abordados, os autores e as revistas mais relevantes, o que proporciona uma visão abrangente da produção científica. A análise bibliométrica também contribui para a melhoria da gestão do conhecimento no setor público, destacando a importância de se converter o conhecimento tácito em explícito, especialmente para otimizar os processos administrativos e inovar na gestão pública. Para Oliveira e Santos (2023), os estudos bibliométricos se concentram na organização de dados de forma a evitar julgamentos de valor, analisando informações como o número de autores, publicações, países, revistas e temas, o que permite uma avaliação objetiva da produção científica.

De acordo com Koerich et al. (2024), as abordagens bibliométricas são fundamentais para mapear a produção acadêmica sobre inovação na administração pública, uma vez que elas permitem a análise sistemática da literatura científica.

Diversos indicadores bibliométricos podem ser empregados, conforme ilustrado no Quadro 2, com base na descrição fornecida por Okubo (1997).



**Quadro 2 – Indicadores bibliométricos**

<b>Indicador</b>	<b>Conceito</b>
<b>Número de publicações</b>	Reflete a produção científica medida pela contagem de “papel” – com “papel” usado aqui para designar diversos suportes para textos científicos (livros, periódicos, jornais, resenhas, relatórios, artigos etc.).
<b>Número de citações</b>	As citações podem ser consideradas como medida do impacto dos artigos, bem como sua relevância e utilidade, pois presume-se que o artigo de qualidade traz impacto na comunidade científica.
<b>Número de coautores</b>	Reflete o nível de cooperação em nível nacional e internacional.
<b>Número de patentes</b>	As estatísticas de patentes fornecem elementos para medir os resultados dos recursos investidos em pesquisa e atividades de desenvolvimento e, principalmente, tendências em mudanças técnicas ao longo do tempo.
<b>Número de citações de patentes</b>	Mensura o impacto da tecnologia (mais, talvez, do que o impacto da ciência).
<b>Copublicações</b>	Mensura interações e relações científicas entre redes, equipes, instituições e países.
<b>Índice de afinidade</b>	Utilizado para avaliar a taxa relativa de intercâmbio científico entre dois países (A e B) em um determinado período de tempo, em relação a toda cooperação internacional entre esses mesmos dois países no mesmo período.
<b>Links científicos medidos por citações</b>	Mensura redes de influência entre comunidades científicas.
<b>Correlações entre artigos científicos e patentes</b>	Ilustra as ligações (interações) entre ciência (conforme medido por artigos) e tecnologias (conforme refletido em patentes).
<b>Cocitações</b>	Mensura o número de vezes que dois artigos são citados simultaneamente no mesmo artigo, ilustrando as redes temáticas, influência e impacto dos autores.
<b>Coocorrência de palavras</b>	Examina a frequência com que duas palavras são usadas juntas em artigos ou patentes.
<b>Técnicas de representação visual para áreas científicas e países</b>	São utilizadas técnicas visuais para construir mapas que permitem várias interpretações de dados bibliométricos para diferentes propósitos.

Fonte: Adaptado de Okubo (1997).

Soares, Picolli e Casagrande (2018), por sua vez, afirmam que, no Brasil, há indicadores bibliométricos considerados “mais populares”, os quais são baseados em contagem de número de artigos, número de revistas, número de autores, número de autorias, número de instituições ou número de citações.

De acordo com Toledo e Domingues (2018), os estudos bibliométricos devem pautar-se por regras denominadas: Lei de Bradford (Lei da Dispersão), Lei de Zipf e Lei de Lotka (Quadro 3).

### Quadro 3 – Leis para estudos bibliométricos

Leis	Medida	Critério	Objetivo Geral
Lei de Bradford	Grau de atração do periódico	Reputação do periódico	Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema em específico.
Lei de Zipf	Frequência de palavras-chave	Lista ordenada de temas	Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento.
Lei de Lotka	Produtividade do autor	Tamanho da frequência	Levantar o impacto da produção de um autor em uma área de conhecimento.

**Fonte:** Adaptado de Toledo e Domingues (2018).

Neste trabalho, foram utilizados como indicadores o Número de Publicações e a Lei de Zipf que investiga as palavras-chave dos artigos. As bases de dados selecionadas para a pesquisa foram a Scientifical Periodicals Electronic Library (Spell) e a Scopus da editora Elsevier.

Segundo informações de seu portal, a Spell foi fundada em 2012 e consiste de um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, em particular, das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo, que tem como objetivo central promover acesso, organização, disseminação e análise da produção científica de distintas áreas de conhecimento, contando, em maio de 2023, com mais de 64 mil documentos e mais de 43 milhões de acessos (Spell, 2024).

A base de dados Scopus (Scopus, 2024), por sua vez, segundo dados publicados em seu portal de março de 2023, é um banco de dados de resumos e citações de artigos para jornais e revistas acadêmicos, abrangendo mais de 27 mil títulos, dentre eles, mais de 11,7 milhões de artigos de conferências de mais de 148.500 eventos mundiais, mais de 292 mil livros independentes, mais de 90,6 milhões de registros e mais de 49,2 milhões de registros de patentes em diversos escritórios. A escolha da plataforma internacional se deu também em razão de sua compatibilidade com o VOSviewer, que é uma ferramenta de software holandesa para construção e visualização de redes bibliométricas, podendo incluir, por exemplo, periódicos, pesquisadores ou publicações individuais (Vosviwer, 2024).

Segundo Okubo (1997), as técnicas bibliométricas evoluíram e continuam evoluindo ao longo do tempo. Como exemplo, pode-se citar: contagem de artigos com autoria por país, instituição e autor; contagem de citações para avaliar o impacto do trabalho publicado na comunidade científica; contagem de cocitações (número de vezes que dois artigos são citados juntos em um único artigo); e assim por diante. Todas essas estratégias funcionam juntas para fornecer medições mais detalhadas e eficazes. Os resultados são apresentados em diversos

formatos, como, por exemplo, o mapeamento, com o fim de mostrar os vínculos entre os participantes e ampliar o escopo do estudo.

Para este estudo, o acesso à base Spell se deu em janeiro de 2024 pelo portal disponível em <<http://www.spell.org.br>>. No campo de pesquisa, buscou-se, primeiramente, pelas palavras “governo eletrônico” ou “E-gov” para os critérios Título, Resumo e Palavra-chave no período de cinco anos, contemplando janeiro de 2013 a dezembro de 2023. A busca por critérios foi feita separadamente em razão de o sistema não possibilitar a função com diversos termos.

Para fins de análise de um período mais recente, foi feita a busca dos mesmos termos para 5 anos, contemplando janeiro de 2019 a dezembro de 2023. Posteriormente, foi feita a busca pelos termos “Governo eletrônico” ou “E-gov” e “municip”, sendo o final da palavra omitido para que se buscassem as variáveis da palavra (municípios, municipal etc.).

O acesso à base de dados Scopus se deu em maio de 2023 pelo portal disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>, selecionando Acesso café – Instituição de ensino – Acervo – Lista de Bases e Coleções – Buscar pelo título Scopus. Tendo realizado o acesso à base de dados, com os critérios “Article title, Abstract, Keywords”, foi feita a busca, primeiramente, pelos termos “E-gov” ou “Electronic Government” (Amostra 1) e, posteriormente, “E-gov” ou “Electronic Government” and “municipal” (Amostra 2). Os dados encontrados na base de dados Scopus foram exportados em formato CSV, sendo selecionados “Abstract & Keywords” e salvos em pasta.

Com os dados obtidos na base de dados Scopus, foi possível utilizar o software VOSviewer para criar mapas bibliométricos, os quais oferecem suporte aos estudos a seguir:

- a) Baixar software na página <<https://www.vosviewer.com/>>.
- b) Clicar em “Create”.
- c) Selecionar “Create a map based on bibliographic data”.
- d) Selecionar “Read data from bibliographic database files – Supported file types: Web of Science, Scopus, Dimensions, Lens, and PubMed”.
- e) Selecionar a aba “Scopus” e buscar o arquivo salvo previamente.
- f) Selecionar: Co-occurrence; Full Counting; All keywords.
- g) Definir limites: Minimum number of occurrences of a keyword: 5.
- h) Selecionar o número de palavras-chave: 129.
- i) Selecionar as palavras-chave que continham: “e-gov”, “electronic”, “government” e “municipal”.
- j) Finalizar.

#### 4. RESULTADOS

A pesquisa identificou na base de dados Spell, observando-se os quesitos Título, Resumo e Palavras-Chave, em um período de 10 anos, contemplando o período entre os anos 2013 a 2023, 144 trabalhos relacionados ao tema Governo Eletrônico e E-gov, conforme exposto na Tabela 1.

**Tabela 1 – Busca na base de dados Spell em período de 10 anos**

Plataforma	Busca Por	Termos	Período	Quantidade
Spell	Título	“Governo eletrônico” ou “E-gov”	2013 a 2023	39
Spell	Resumo	“Governo eletrônico” ou “E-gov”	2013 a 2023	41
Spell	Palavra- Chave	“Governo eletrônico” ou “E-gov”	2013 a 2023	64

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A partir de breve análise realizada a partir de um recorte temporal de um período de 10 anos, constata-se uma média de 14,4 trabalhos relacionados ao tema por ano nessa base de dados, demonstrando que o tema Governo Eletrônico ou E-gov tem sido assunto abordado por diversos pesquisadores.

Com o intuito de averiguar um recorte temporal mais recente, contemplando o período entre 2019 a 2023, totalizando 5 anos, foram encontrados 75 trabalhos relacionados aos termos Governo Eletrônico e E-gov. No entanto, ao associá-los ao termo “Municip”, foram encontrados apenas 2 trabalhos para o mesmo período, o que está demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Busca na base de dados Spell em período de 5 anos**

Plataforma	Busca Por	Termos	Período	Quantidade
Spell	Título	“Governo eletrônico” ou “E-gov”	2019 a 2023	18
Spell	Resumo	“Governo eletrônico” ou “E-gov”	2019 a 2023	32
Spell	Palavra-Chave	“Governo eletrônico” ou “E-gov”	2019 a 2023	25
Spell	Título	“Governo eletrônico” ou “E-gov” e “Municip”	2019 a 2023	2
Spell	Resumo	“Governo eletrônico” ou “E-gov” e “Municip”	2019 a 2023	0
Spell	Palavra- Chave	“Governo eletrônico” ou “E-gov” e “Municip”	2019 a 2023	0

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Enquanto a média de trabalhos relacionados aos temas Governo Eletrônico ou E-gov foi de 15 por ano, os números caem drasticamente para média de 0,4 por ano quando é acrescentado o termo “municip” na busca.

Na base de dados Scopus, utilizando os quesitos Título, Resumo e Palavras-Chave para realizar a busca, foram encontrados 525 trabalhos para os termos “Electronic Government” ou “E-gov” para o período entre os anos 2019 a 2023, conforme apresentado na Tabela 3.

**Tabela 3 – Busca na base de dados Scopus**

Plataforma	Busca Por	Tipo	Termos	Período	Quantidade
Scopus	Título, Resumo, Palavra- Chave	1	“E-gov” or “Electronic Government”	2019 a 2023	525
Scopus	Título, Resumo, Palavra- Chave	2	“E-gov” or “Electronic Government” and “municipal”	2019 a 2023	24

Fonte: Dados da pesquisa.

Nessa base de dados, enquanto foram encontrados 525 trabalhos que tratam dos temas “E-gov” ou “Electronic Government”, com média anual de 105 trabalhos, os números também caem drasticamente para 24 trabalhos quando associados ao termo “municipal”, sendo a média anual de 4,8 trabalhos.

Na Figura 1, é possível ter uma visão da produção de trabalhos relacionados ao tema Governo Eletrônico ou E-gov à esquerda e com a associação do termo Municipal à direita.

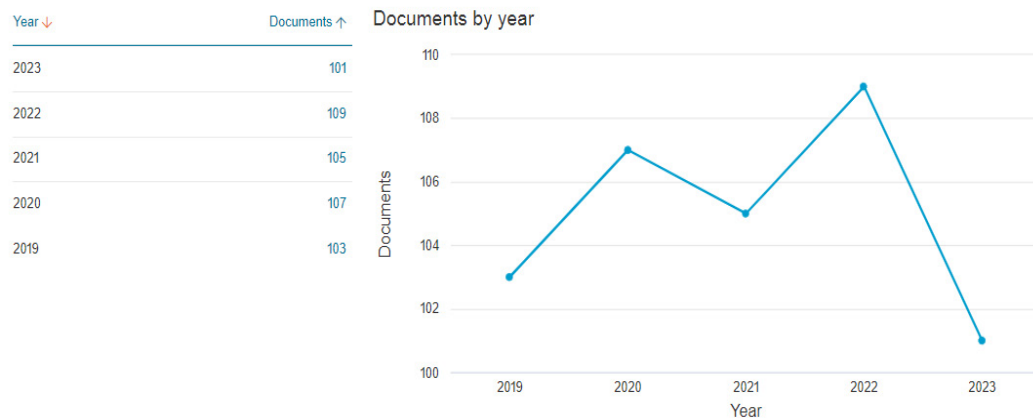
**Figura 1 – (Amostra 1 e Amostra 2) - Quantidade de publicações no período 2019 a 2023**



Fonte: Filter Range Scopus.

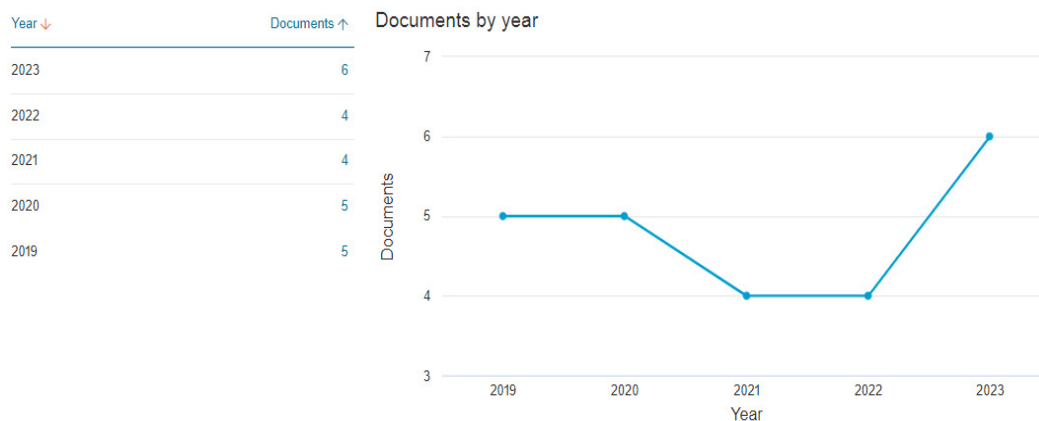
Na Figura 2 (Amostra 1), é possível averiguar, de forma mais acurada, a produção de trabalhos relacionados a Governo Eletrônico ou E-gov e, na Figura 3 (Amostra 2), com associação ao termo Municipal. Além da evidente divergência em relação à quantidade, evidencia-se também uma queda na produção no ano de 2021, em ambos os tipos, causada, possivelmente, pela pandemia Covid 19, o que pode ter dificultado a elaboração e a publicação de trabalhos.

**Figura 2 – (Amostra 1) - Quantidade de publicações no período 2019 a 2023**



Fonte: Analyze Results – Scopus.

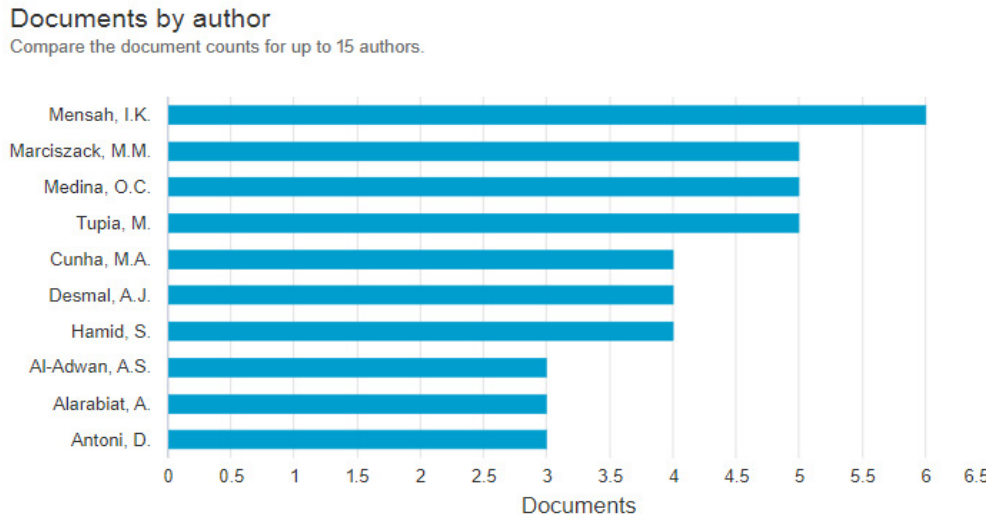
**Figura 3 – (Amostra 2) Quantidade de publicações no período 2019 a 2023**



Fonte: Analyze Results – Scopus.

Na Figura 4, é possível averiguar que, dentre os 525 trabalhos da amostra coletada, apenas quatro autores publicaram mais de quatro trabalhos.

**Figura 4 – (Amostra 1) Autores com maior número de publicações**

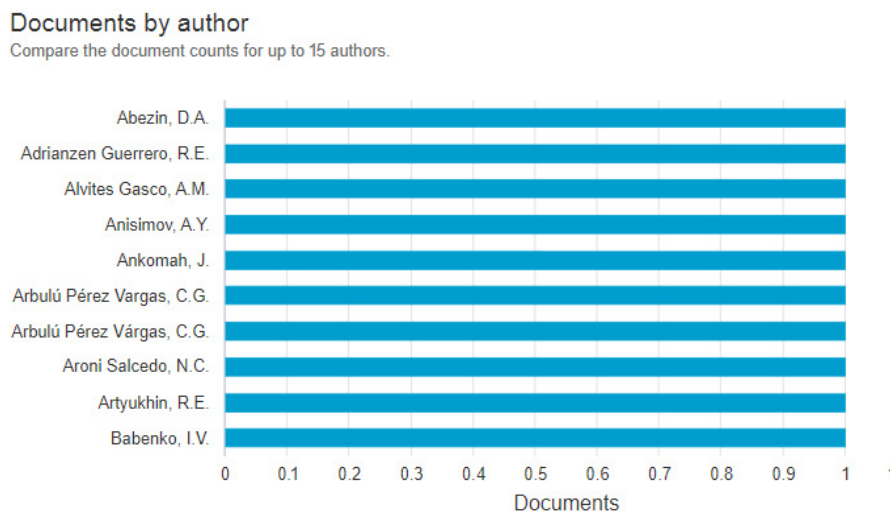


Fonte: Analyze Results – Scopus.

A partir dessa breve análise, pode-se concluir que, apesar do grande volume de documentos, há poucos autores que publicaram um número significativo de trabalhos de pesquisa sobre o tema.

Na Figura 5, por sua vez, é possível averiguar que, entre os 24 trabalhos da amostra coletada, todos os autores publicaram apenas um trabalho.

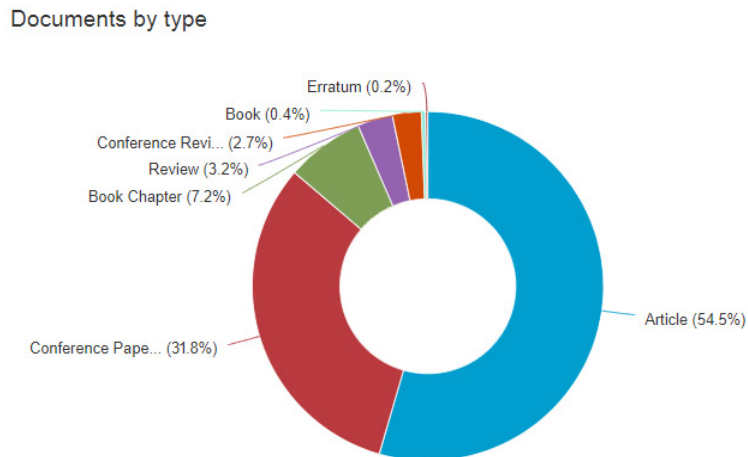
**Figura 5 – (Amostra 2) Autores com maior número de publicações**



Fonte: Analyze Results – Scopus.

A Figura 6, a seguir, retrata o resultado de tipos de documentos resultantes da busca para os termos “E-gov” e “Electronic Government”.

**Figura 6 – (Amostra 1) Tipos de Documento**

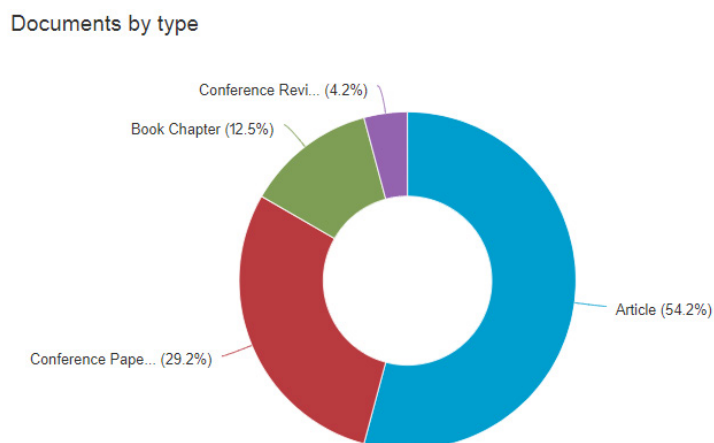


Fonte: Analyze Results – Scopus.

Quanto ao Tipo de Documento, observa-se, a partir do gráfico, que existe predominância de Artigos (54,5%) e Artigos de Conferência (31,8%), somando um total de 86,3% dos trabalhos submetidos.

Na Figura 7, na qual foi associado o termo municipal, encontram-se apenas 2 tipos de trabalhos, quais sejam, artigos (75%) e artigos para conferências (25%).

**Figura 7 – (Amostra 2) Tipos de documento**



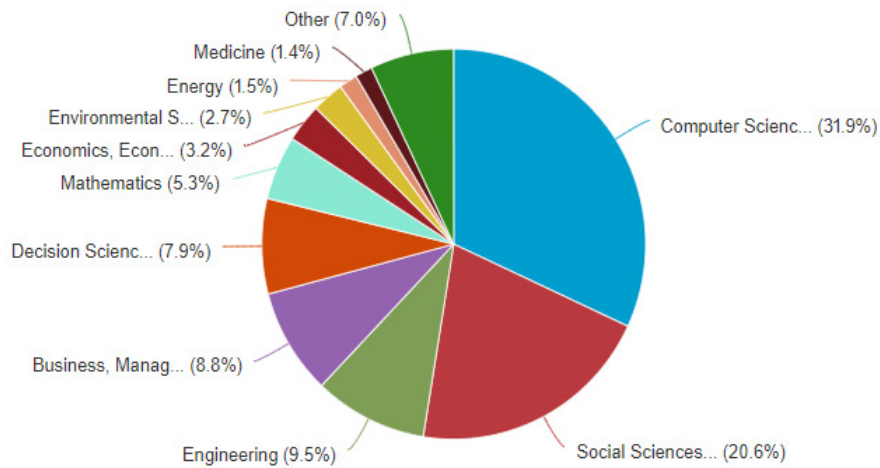
Fonte: Analyze Results – Scopus.



A Figura 8 e a Figura 9 representam a área de pesquisa em que foram publicados os trabalhos.

**Figura 8 – (Amostra 1) Área da matéria**

Documents by subject area

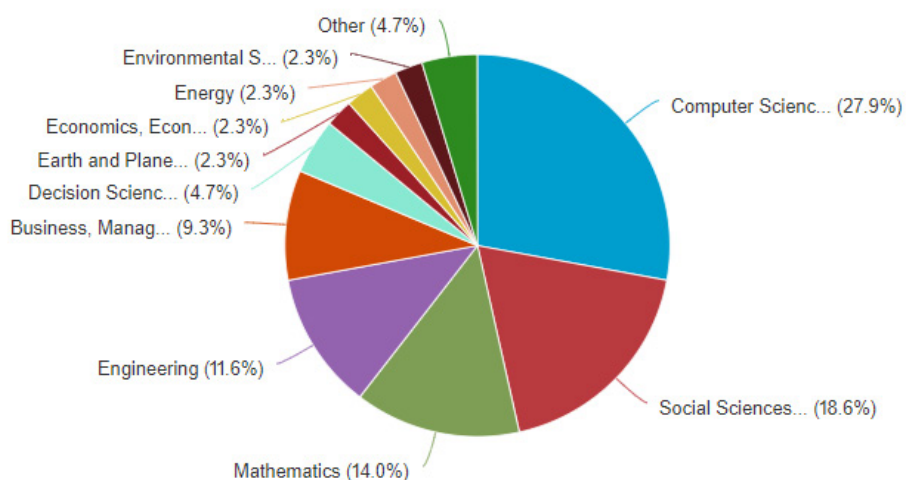


Fonte: Analyze Results – Scopus.

A Figura 8, referente ao tema Governo Eletrônico, demonstra predominância de publicações nas áreas de Ciência da Computação e Ciências Sociais, as quais somam mais de 50% dos trabalhos.

**Figura 9 – (Amostra 2) Área da matéria**

Documents by subject area

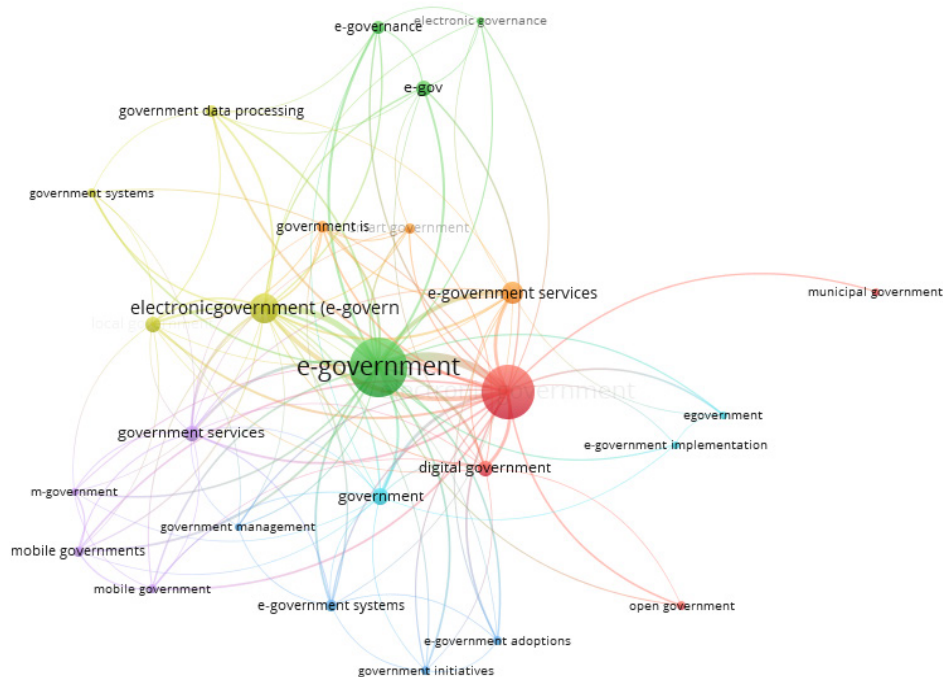


Fonte: Analyze Results – Scopus.

A Figura 9, referente ao tema Governo Eletrônico relacionado a Municípios, demonstra predominância de publicações nas áreas de Ciência da Computação, Ciências Sociais, sendo o total de 46,5% dos trabalhos. Quanto à área de pesquisa, em ambas as amostras, a área de pesquisa Negócios, Gestão e Administração representa menos de 10% dos trabalhos.

O mapa mental elaborado por meio do sistema Vosviewer, demonstrado na Figura 10, representa a ligação entre as palavras-chave “e-gov”, “electronic”, “government” e “municipal” entre os 525 documentos, conforme “Amostra 1”.

**Figura 10 – (Amostra 1) Mapa mental de palavras-chave**

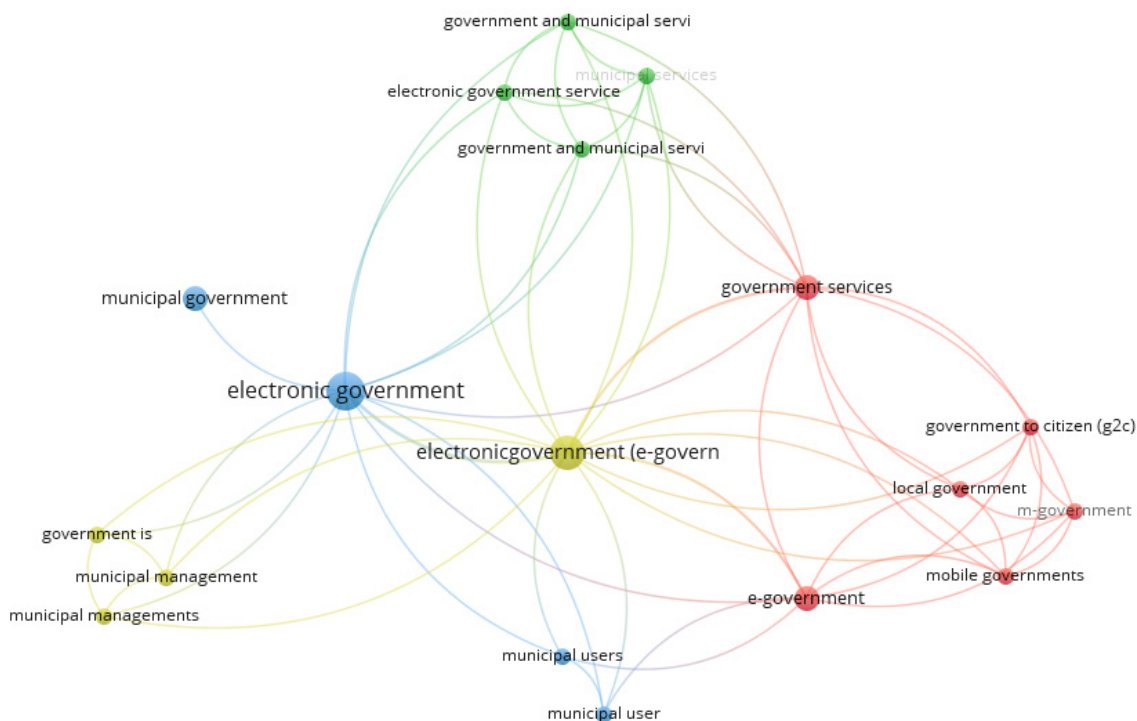


Fonte: Vosviewer.

É possível observar nitidamente que, dentre os 525 documentos da base de dados Scopus relacionados aos termos “E-gov” ou “Electronic Government”, houve pouca conexão com o assunto “municipal” nas Palavras-chave.

O mapa mental elaborado por meio do Vosviewer demonstrado na Figura 11, abaixo, representa a ligação entre as palavras-chave “e-gov”, “electronic”, “government”, e “municipal” entre os 24 documentos, conforme “Amostra 2”.

Figura 11 – (Amostra 2) Mapa mental de palavras-chave



Fonte: Vosviewer.

A Figura 11 apresenta uma conexão maior entre as palavras-chave “E-gov”, “Electronic Government” e “Municipal” em razão de representar apenas 24 resultados da base de dados Scopus.

Para melhor compreensão dos quantitativos, está demonstrado, na Tabela 4, o cálculo da porcentagem dos documentos, conforme os termos de busca.

Tabela 4 – Porcentagem de documentos por tema pesquisado

Plataforma	Busca Por	Termos	Período	Quantidade	%
Spell	Título, Resumo, Palavra- Chave	"Governo eletrônico" ou "E-gov"	2019 a 2023	75	100%
		"Governo eletrônico" ou "E-gov" e "Municip"	2019 a 2023	2	2,60%
Scopus	Título, Resumo, Palavra- Chave	"E-gov" ou "Electronic Government"	2019 a 2023	525	100%
		"E-gov" ou "Electronic Government" e "Municipal"	2019 a 2023	24	4,50%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como resultado da pesquisa realizada, constatou-se que, na base de dados Spell, apenas 2,6% dos 75 documentos, e, na base de dados Scopus, apenas 4,5% dos 525 documentos encontrados relacionavam-se a municípios.

Dessa forma, conclui-se que, entre 2019 e 2023, apesar de o tema Governo Eletrônico ter sido objeto de numerosas pesquisas, o número de estudos que relacionam esse tema aos municípios ainda é bastante limitado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema Governo Eletrônico tem sido foco de diversas pesquisas acadêmicas em razão de uma série de fatores atuais. A necessidade de uma administração pública mais eficiente e transparente, bem como voltada às reais necessidades do cidadão, com menor viés burocrático e aliada à possibilidade de utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), é um fator determinante para o desenvolvimento do Governo Eletrônico e aprimoramento da gestão pública.

Durante a pesquisa, foi possível constatar que, embora sejam encontrados diversos trabalhos voltados ao tema, ainda há pouca produção quando relacionado aos municípios e às possibilidades de utilização dos recursos tecnológicos para aprimorar o serviço prestado aos cidadãos de forma mais direta, considerando que o contato mais próximo com os cidadãos ocorre em âmbito municipal. Na base de dados Spell, apenas 2,6% e, na base de dados Scopus, apenas 4,5% dos trabalhos acerca de Governo Eletrônico davam ênfase a questões voltadas para os municípios.

Tal como ocorre em outros estudos, este trabalho apresenta limitações em razão de se basear em apenas duas bases de fontes de dados, a Spell e a Scopus em um período de 5 anos, o que não permite fazer generalizações sobre o tema.

O trabalho, porém, tem relevância, tendo em vista a busca por demonstrar uma lacuna teórica sobre os estudos realizados nos municípios acerca da implementação de práticas de governo eletrônico por meio das novas tecnologias. Para futuros trabalhos, sugere-se que sejam realizadas pesquisas com outras fontes de dados e períodos superiores a cinco anos a fim de se obter uma visão mais ampla sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

AVELINO, Bruna Camargos *et al.* Divulgação voluntária do ente público: um olhar sobre o estado de Minas Gerais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 71-88, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v33i1.21340>.

BARBOSA, Alexandre Fernandes. **Governo eletrônico: dimensões da avaliação de desempenho na perspectiva do cidadão**. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/07648335-ea6f-4472-b824-18dc4872a434>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BARBOSA, Johny Davyd Soares; MOTA, Flávio Perazzo Barbosa. Adoção do governo eletrônico: um estudo sobre o papel da confiança. **Revista de Administração Pública**, v. 56, p. 441-464, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220027> Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/HRjWs9stQyNx8n96D3FJChQ/>>. Acesso em 30 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/governanca-publica/comite-interno-de-governanca/legislacao/decreto-no-9-203-de-22-de-novembro-de-2017.pdf/view>>. Acesso em 28 jan. 2024.

BRASIL. **Estratégia de Governança Digital: Do Eletrônico ao Digital** (2019). Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>. Acesso em 30 nov.2023.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Governo Digital**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/estrategianacional>. Acesso em: 6 fev. 2025.

CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; NUNES, Isabel Matos. Gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e8410111386, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11386>. Acesso em 05 fev. 2025.

DE SOUZA, Paulo Roberto Rodrigues; CURI, Maria Aparecida; NUINTIN, Adriano Antônio. Práticas de governo eletrônico nos municípios: um estudo da mesorregião do sul e sudoeste do Estado de Minas Gerais. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 63-72, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18696/reunir.v9i1.898>.

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284>>. Acesso em: 19 jan.2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Lurdinéia Almeida; DE BRITO OLIVEIRA, Ana Flávia Ferreira. A importância da formação em gestão pública municipal para os gestores públicos no exercício de suas funções/The importance of municipal public management training for public managers in the exercise of their functions. ID on line. **Revista de psicologia**, v. 13, n. 45, p. 356-372, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i45.1735>.

HASEGAWA, Regina Keiko; CARVALHO, Luciana. **Governo eletrônico e transformação digital na administração pública municipal: a experiência da vigilância sanitária de Uberlândia-MG**. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5067>.

KOERICH, A. B.; DUTRA, A.; MACHADO, S. C. B.; CASAGRANDE, J. L.; MUSSI, C. C. Inovação na Administração Pública: análise bibliométrica a partir do mapeamento da literatura internacional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 20, n. 60, p. 1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3895/rts.v20n60.17261>.

MAHARAJ, Manoj S.; MUNYOKA, Willard. Privacy, security, trust, risk and optimism bias in e-government use: the case of two Southern African Development Community countries. **South African Journal of Information Management**, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4102/sajim.v21i1.983>.

- MENEZES, Hugo Barroso Silva de. **Governo eletrônico e inclusão digital: uma análise sobre o perfil de uso do cidadão**. 2021. 28f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23420>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- NAPITUPULU, Darmawan; YAKUB, R. A bibliometric analysis of e-government research. **Library Philosophy and Practice**, v. 2021, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/5861/>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- NARDONE, José Paulo. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos**, v. 1, n. 3, p. 33-38, 2019. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/epcp/cadernos/index.php/CM/article/view/59>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- NOGUEIRA JÚNIOR, D. A.; LÓPEZ VALLE, V. C. L.; BENELLI, A. C. Direitos dos usuários de serviços públicos no ambiente do governo eletrônico e da administração pública digital. **Revista de Direito Administrativo**, v. 283, p. 93-130, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12660/rda.v283.2024.90691>.
- OKUBO, Yoshiko. Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, No. 1997/01, OECD Publishing, Paris, 1997. <https://doi.org/10.1787/208277770603>.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations E-Government Survey 2020: digital government in the decade of action for sustainable development**. Nova Iorque: ONU, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18356/8bdf045f-en>.
- PRICE, Derek J. de Solla. **O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.
- PRZEYBILOVICZ, Erico; CUNHA, Maria Alexandra; MEIRELLES, Fernando de Souza. O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e smart city. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 630-649, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/5wHzDB68Tp7H7STqVkjTd8B/?lang=en>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- RECK, Janriê Rodrigues; HÜBNER, Bruna Henrique. A transformação digital do Estado: digitalização do governo e dos serviços públicos no Brasil. **Revista Eletrônica Direito e Política**, v. 16, n. 3, p. 1075-1096, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14210/rdp.v16n3.p1075-1096>.
- SANTOS, Micheli; VISENTINI, Monize Sâmara. Elaboração de um ranking da transparência e compreensão das práticas de gestão de municípios integrantes do COREDE Missões-RS. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 10, n. 4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v10i4.5634>.
- SANTOS, Xisto Andre Frazatto dos; GOMES, Mateus das Neves; SUERO, Roberta. Gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica na base de dados Scopus. **Revista Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31501/rgcti.v6i1.15099>.
- SCOPUS. **Scopus: a large abstract and citation database**. Disponível em: <https://www.scopus.com/home.uri>. Acesso em: jan. 2024.
- SHENG, Hong; TRIMI, Silvana. M-government: technologies, applications and challenges. **Electronic Government, an International Journal**, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1504/EG.2008.016124>.

SPELL. **Sistema de Pesquisa e Indexação da Produção Científica**. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/>>. Acesso em: jan. 2024.

TOLEDO, Gustavo Sousa; DOMINGUES, Carlos Roberto. Produção sobre educação corporativa no Brasil: um estudo bibliométrico. **Revista de Gestão e Secretariado** (Management and Administrative Professional Review), v. 9, n. 1, p. 108-127, 2018. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v9i1.755>.

TWIZEYIMANA, Jean Damascene; ANDERSSON, Annika. The public value of E-Government—A literature review. **Government Information Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 167-178, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.01.001>.

VARGAS, Luiz Claudio Mendes *et al.* Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise sobre fatores de impacto na decisão de uso do cidadão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 792-810, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200206>.

VIANA, Ana Cristina Aguiar. Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, v. 8, n. 1, p. 115-136, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14409/redoeda.v8i1.10330>.

VOSVIEWER. **VOSviewer: visualizing scientific landscapes**. Disponível em: <<https://www.vosviewer.com/>>. Acesso em: jan. 2024.

### **Regina Keiko Hasegawa**

<https://orcid.org/0009-0004-0828-2396>

Mestre em Gestão Organizacional, com área de pesquisa em Governo Eletrônico, pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional. Bacharel em Administração Pública pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Especialista em Gestão Pública Estratégica pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI).

[reginahasegawa@hotmail.com](mailto:reginahasegawa@hotmail.com)

### **Luciana Carvalho**

<https://orcid.org/0000000196458718>

Doutora em Economia Aplicada, Mestre em Economia e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora na Faculdade de Gestão de Negócio da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

[lucarvalho@ufu.br](mailto:lucarvalho@ufu.br)